

UFF - Universidade Federal Fluminense

A atuação do professor de Educação Física: uma perspectiva do Transtorno do Espectro Autista na rede de ensino regular

Eduardo Fialho de Freitas.

Orientador: Aurélio Pitanga Vianna.

Niterói

2016

Eduardo Fialho de Freitas

A atuação do professor de Educação Física: uma perspectiva do Transtorno do Espectro Autista na rede de ensino regular

Monografia apresentada pelo acadêmico Eduardo Fialho de Freitas como exigência do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Fluminense sob a orientação do professor Aurélio Pitanga Vianna.

Niterói

2016

A atuação do professor de Educação Física: uma perspectiva do Transtorno do Espectro Autista na rede de ensino regular

Eduardo Fialho de Freitas

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Aurélio Pitanga Vianna (orientador)
UFF- Universidade Federal Fluminense

Nome Completo
UFF- Universidade Federal Fluminense

Nome Completo
UFF- Universidade Federal Fluminense

CONCEITO FINAL: _____

Agradecimentos

À Deus, por ter me abençoado até hoje, por me iluminar e me ajudar em minha caminhada.

À minha família, pela força, apoio e confiança que sempre me deram, e que nunca me deixaram desistir de nada. E à minha namorada Pauliny Dias, que com toda certeza foi a pessoa que mais me incentivou, me ajudou e que me acompanhou nessa longa caminhada, principalmente nesse trabalho de conclusão de curso.

Ao meu orientador Aurélio Pitanga Vianna, pela força e ajuda na construção do meu TCC.

Resumo

O presente trabalho visa apresentar a relevância da Educação Inclusiva Especial no contexto de uma instituição de ensino nas aulas de Educação Física, com ênfase no Transtorno do Espectro Autista (TEA). Busquei fundamentações através de autores como Ana Basílio, Jéssica Moreira, José Ferreira Belisário Junior, Patrícia Cunha, entre outros, que abordam em suas obras e levantam debates acerca da referida temática. Esta pesquisa busca encontrar subsídios para nortear o professor de Educação Física em sua atuação pedagógica, refletindo sobre as dificuldades encontradas pelos docentes no planejamento e execução das aulas; dificuldades físico-estruturais; e a falta de preparação acadêmica para o enfrentamento dessa questão. Como fundamento dessa pesquisa, utilizei as Leis de Diretrizes e Bases (LDB) e a Declaração de Salamanca que foi criada em 1994. Portanto, com o embasamento teórico já citado e através de pesquisa de campo, busco abordar questões que auxiliem o professor em sua intervenção e melhor compreensão da temática, a fim de atender a demanda de crianças com Autismo.

Palavras-chave: Educação Especial Inclusiva. Inclusão. Autismo. Educação Física Escolar.

Abstract

This paper presents the relevance of Inclusive Education Especially in the context of an educational institution in Physical Education, with emphasis on the Autistic Spectrum Disorder (ASD). I sought foundations by authors such as Ana Basílio, Jéssica Moreira, José Ferreira Junior Belisário, Patricia Cunha, among others, addressing in their work and raise debates on this theme. This research aims to find grants to guide the Physical Education teacher in his/her pedagogical activity, raising debates about the difficulties faced by teachers in the planning and execution of lessons; physical and structural difficulties; and lack of academic preparation to face this issue. In support of this research, I used the Law of Directives and Bases (LDB) and the Salamanca Statement which was established in 1994. So with the theoretical background already mentioned, and through field research, I seek to address issues to assist the teacher in his speech and understanding of the subject in order to meet the demand for children with Autism.

Keywords: Special Inclusive Education. Inclusion. Autism. School Physical Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. LEGISLAÇÕES QUE BASEIAM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	9
1.1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira	9
1.2. Declaração de Salamanca	10
1.3. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	12
2. AS DEFINIÇÕES DOS CONCEITOS DE INCLUSÃO NO ÂMBITO DA ESCOLA REGULAR E NA CLÍNICA ESCOLA COM ÊNFASE NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)	14
2.1. Histórico e definição do Transtorno do Espectro Autista (TEA)	14
2.2. A inclusão do autista no âmbito escolar	16
2.3. A perspectiva do professor acerca da Inclusão nas escolas regulares	17
2.4. Visita a Clínica-Escola do Autista	18
3. EDUCAÇÃO FÍSICA NA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.....	21
4. INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA REDE DE ENSINO REGULAR.....	22
4.1. A importância da Educação Física para o Autismo.....	22
4.2. O planejamento e a metodologia das aulas de Educação Física adaptada para crianças com autismo na rede de ensino regular.....	23
4.3. Métodos de ensino e atividades.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	30
APÊNDICE.....	33

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) foi escolhido como tema deste trabalho por se tratar de uma deficiência que aparenta ser complexa e instigante, ao passo que se torna um desafio para os professores que buscam possibilidades de ensino e aprendizagem em diversificados métodos e teorias. Através deste estudo, será possível apresentar argumentos de como a Educação Física é essencial para o desenvolvimento de potencialidades dos indivíduos que possuem Autismo, e desse modo, contribuir com novas ideias de intervenção.

O tema Educação Especial Inclusiva atualmente vem se expandindo, sendo tema de debates no âmbito acadêmico e na sociedade como um todo. Com isso, o assunto vem se tornado cada vez mais o foco de pesquisas, pois existem muitos questionamentos, porém pouco entendimento acerca da questão.

Apesar da Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96) ter sido sancionada em 1961, com o objetivo de organizar o sistema educacional brasileiro, em especial o capítulo V desta lei, (onde são assegurados os direitos da Educação Especial) junto com a Declaração de Salamanca (1994), (em que é reafirmada e assegurada a inclusão de crianças, jovens e adultos com alguma deficiência dentro do sistema regular de ensino), somente nos dias atuais, a Educação Especial e Inclusiva tem sido o centro de reflexões e preocupações no âmbito da Educação Física Escolar.

Visando esses modelos de ensino, o objetivo é centralizar a pesquisa na patologia do Espectro Autista (TEA), que se caracteriza como um distúrbio neurológico que ao comprometer a interação social, comunicação verbal e não-verbal, pode causar dificuldades no indivíduo na compreensão dos conteúdos didáticos passados na aula de Educação Física.

Nesse contexto, é importante destacar a suma importância do professor de Educação Física como mediador no processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, é necessário que haja uma preparação na formação acadêmica do docente e que a instituição de ensino ofereça o suporte necessário, com o objetivo formar profissionais aptos a atuar no universo da Educação Inclusiva e Especial.

Sendo assim, a presente pesquisa pode despertar o seguinte questionamento: Como planejar uma aula de Educação Física para alunos que possuem o Transtorno do Espectro Autista (TEA), sem ter uma formação acadêmica voltada para esse tema?

Ao longo da formação acadêmica, na condição de discente, e a partir dos estágios realizados, foi possível observar a carência e dificuldade nas escolas da rede de ensino regular em concretizar a inserção de alunos com deficiência.

Nesse sentido, o presente trabalho busca, por meio do aprofundamento acerca das legislações que asseguram, a obrigatoriedade da Educação Especial no ensino regular. Para tanto, foram estudadas teorias trazidas por autores tais como: Ana Basílio, Jéssica Moreira, José Ferreira Belisário Junior, Patrícia Cunha, entre outros, para subsidiar a pesquisa e a elaboração de propostas de aulas voltadas para a inclusão dos alunos com a patologia de Espectro Autista. Além disso, o objetivo é auxiliar o professor de Educação Física a elaborar aulas sem comprometer o aprendizado dos alunos que não possuem deficiência.

Sendo assim, o intuito desta pesquisa é de contribuir para o meio acadêmico, a fim de estimular a reflexão e aprofundamento acerca da temática. E, desse modo, com base nas questões apresentadas, que o professor possa compreender e valorizar a importância da Educação Física no campo da Educação Especial e Inclusiva.

1. Legislações que baseiam a Educação Inclusiva

1.1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) foi criada em 1961 com objetivo de regularizar o sistema de ensino do país, tendo reformulações ao longo dos anos, porém a LDB vigente foi promulgada em 1996, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. A LDB/96 possui algumas características que modificaram a esfera educacional brasileira, como por exemplo, no art. 4 da referida legislação consta a garantia do ensino fundamental obrigatório e gratuito fornecida pelo Estado. Mais adiante, no Art. 62 frisa a formação de docentes para atuar na educação básica em curso de nível superior, sendo aceito para a educação infantil e as quatro primeiras séries do fundamental formação em curso Normal do ensino médio, e o Art. 87 prevê a criação do Plano Nacional de Educação, entre outras.

As Legislações que mais sofreram mudanças ao longo das reformulações foram às voltadas para a Educação Inclusiva, que em 1961 era vista como algo

isolado do ensino regular. Assim como a fala do Especialista em Educação Hamilton Werneck, expõe que o conceito de Educação Inclusiva foi se aperfeiçoando a cada reformulação da Lei: "Poderíamos dizer que a trajetória é de uma escola elitista, excludente e enciclopédica que foi se humanizando ao longo do tempo" (Entrevista cedida ao site Terra; acesso em 21 de abril de 2015).

Já na LDB/96, o direito da Educação Inclusiva se torna uma obrigatoriedade afirmada no Capítulo V da Lei que trata exclusivamente sobre o assunto. Segundo o artigo 58, presente na Lei 9394/96, que sofreu uma reformulação no ano de 2013, a Educação Inclusiva é definida da seguinte forma:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (LDB/96)

No que tange à responsabilização do Estado, ao analisar a Constituição Federal/1988 pode se observar que o seu artigo 205, inciso I, prevê a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola" e mais adiante no artigo 208, inciso III, é estabelecido o "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;". Nesse contexto, verificamos que cabe ao Estado a efetivação desses direitos assegurados por meios legais, e dessa forma, garantir o acesso das pessoas com deficiência o acesso à educação especializada prioritariamente na rede de ensino regular.

Nessa ótica, vemos que a Educação Inclusiva é algo que sempre foi necessário ser implantado nas unidades de ensino regular, porém nunca houve uma preocupação de colocar em prática pelas partes responsáveis como o Estado, as escolas e os profissionais de ensino.

Outra grande modificação que pode ser observada é a mudança do vocabulário a respeito do conceito de Educação Especial, pois a LDB/61 se referia à Educação Inclusiva como Educação de Excepcionais, e atualmente além da nomenclatura ser modificada, a legislação trata a Educação Inclusiva como algo menos discriminatório e mais relevante para a sociedade.

1.2. Declaração de Salamanca

Durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada em junho de 1994 em Salamanca na Espanha, foi elaborado o Documento

de Salamanca pelo governo espanhol junto à UNESCO. O referido documento visa definir a obrigatoriedade da Educação Especial na rede de ensino regular, reforçando os princípios, as políticas e práticas da área. Tendo como principal objetivo a inclusão de pessoas com deficiência em escolas regulares.

Entre as orientações presentes no documento, no momento em que é citada as orientações para ações em níveis regionais e internacionais, é importante destacar um trecho do item 8:

8. Dentro das escolas inclusivas, crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer suporte extra requerido para assegurar uma educação efetiva. Educação inclusiva é o modo mais eficaz para construção de solidariedade entre crianças com necessidades educacionais especiais e seus colegas. (UNESCO. Declaração de Salamanca. 1994)

Nesse momento, é possível observar que as crianças que necessitam estar inseridas na educação especial, deveriam receber os suportes necessários, porém essa questão possui diversos obstáculos que precisam cada vez mais ser enfrentados. A efetivação da educação inclusiva depende de uma formação acadêmica que trabalhe a temática, a fim de preparar os profissionais que irão atuar no âmbito escolar. Além desse fator, ainda existe a participação do Estado, no sentido de subsidiar os custos para investimentos na preparação dos profissionais e na estrutura física da escola.

Mais adiante, no item 24 da Declaração de Salamanca, é reforçada a necessidade de: “um esforço eficaz de informação pública para combater o preconceito e criar atitudes informadas e positivas - um programa extensivo de orientação e treinamento profissional - e a provisão de serviços de apoio necessários” (UNESCO, Declaração de Salamanca. 1994). Ou seja, as iniciativas de informação não devem ser somente para a sociedade como um todo, mas é importante que também tenha como foco a conscientização dos profissionais com o objetivo de quebrar os preconceitos enraizados na sociedade e conseqüentemente nos profissionais.

O documento ainda sugere que as escolas devem “proporcionar educação eficaz para a maioria das crianças, melhorar a eficiência e, conseqüentemente, o custo-benefício de todo o sistema educacional” (UNESCO, 1994). A orientação e treinamento dos profissionais envolvidos no âmbito escolar são de suma importância para a atuação dos profissionais nas escolas, no sentido de garantir a inclusão do

aluno desde sua chegada até o alcance do ensino/aprendizagem com eficiência, como é sugerido no documento.

Desse modo, é possível considerar a Declaração de Salamanca como um documento que contribui para a esfera educacional de forma produtiva, no sentido de instruir as escolas de ensino regular a terem orientação inclusiva com o intuito de colocar em prática. Isso só é possível se houver a contribuição e apoio das partes interessadas, dividindo-se em três esferas:

Estado: Elaboração de projetos no intuito de ampliar os conhecimentos acerca da Educação Especial, para informar os direitos que as pessoas portadoras de necessidades especiais possuem, e no sentido de quebrar paradigmas presentes na sociedade. Contribuir com os custos necessários para adaptar a estrutura física das escolas públicas para atender a demanda de pessoas com deficiência.

Rede Escolar: A instituição precisa compreender o que é Educação Especial, através dos subsídios do Estado, que propus acima; realizarem as adaptações físicas necessárias; e ter profissionais e professores capacitados para atender a demanda específica de pessoas com deficiência.

Professores: É necessário que haja um reforço na formação acadêmica através de discussões e disciplinas acerca da Educação Especial, para que o professor tenha base teórica no âmbito acadêmico e colocar em prática na realidade educacional. Entendendo a importância da inclusão, repassando o ensino de forma igualitária entre os alunos com ou sem deficiência.

Embora existam direitos assegurados através de legislações que visam à obrigatoriedade da Educação Especial, existem grandes dificuldades que precisam ser enfrentadas para a garantia desses direitos.

Portanto, o conjunto dos três aspectos apresentados acima, é a sugestão do que pode viabilizar a inclusão do aluno com deficiência no ensino regular, entretanto, é necessário que as escolas de ensino regular junto aos professores busquem meios de enfrentamento para essa questão.

1.3. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista foi instituída através da Legislação Federal nº 12.764/2012. A

referida lei estabelece no Art. 1 que “Art. 1, § 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais” (BRASIL. Lei nº 12.764/2012). Desse modo, o artigo reafirma que a pessoa que possui o transtorno do Espectro Autista possui direito às políticas de inclusão existentes, apesar de já existirem legislações voltadas para a inclusão.

Nesse momento, o objetivo é relacionar o campo educacional com a política de inclusão do autista, pois esse ponto também é frisado ao longo da lei. Assim como o trecho destacado abaixo, que demonstra como a lei trata a temática de inclusão do autista em escolas regulares:

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado. (BRASIL. Lei nº 12.764, 27 de dezembro de 2012)

Ao analisar o trecho, pode-se observar que além do direito à inclusão da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em uma escola de ensino regular, também é direito do aluno, caso necessário, possuir um acompanhante especializado para auxiliá-lo nas aulas e atividades. Com a presença de um acompanhante especializado, facilita a possibilidade de o aluno aprender o conteúdo de forma mais qualitativa.

O segundo ponto a destacar, abrange a punição que o diretor ou responsável pela rede de ensino pode sofrer, caso se recuse a realizar a matrícula de alunos com TEA:

Art. 7º O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos. (BRASIL. Lei nº 12.764, 27 de dezembro de 2012)

O artigo acima demonstra as consequências que os profissionais responsáveis pelas instituições de ensino podem sofrer ao rejeitar o ingresso do aluno em sua escola, e assim evitando esse tipo de “exclusão” por parte dos responsáveis pela escola. No entanto, esse fato ainda é recorrente nos dias atuais, pois não são todos os responsáveis pelo aluno com Transtorno do Espectro Autista no ato na matrícula que possuem o conhecimento das legislações que asseguram e baseiam a inclusão. E, dessa forma, acabam acatando como certo o que o responsável da escola determina.

Através da Legislação Federal nº 12.764, foi possível reafirmar os direitos de pessoas com autismo, em especial no âmbito escolar, na medida em que contribui com a luta pela inclusão na rede de ensino regular, mostrando assim, que o autista pode/tem capacidade de aprender em conjunto com outros alunos que não possuem algum tipo de deficiência na mesma proporção.

2. As definições dos conceitos de Inclusão no âmbito da escola regular e na Clínica Escola, com ênfase no Transtorno do Espectro Autista (TEA)

2.1. Histórico e definição do Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Apesar de atualmente o autismo ser classificado como Transtorno do Espectro Autista (TEA), houve algumas mudanças em sua nomenclatura com o passar dos anos. No início era definido e diagnosticado como o autismo infantil, e com o passar do tempo, através de alguns estudos acerca da patologia, foram surgindo nomenclaturas substituindo o nome do autismo infantil e passando a se encaixar no quadro de transtornos neurobiológicos e cognitivos. Sendo assim, classificando inicialmente na década de 60 como Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD), e mais recentemente no ano de 2013, sofrendo uma nova modificação passando a ser chamada de Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Apesar de existirem poucos relatos e estudos acerca do surgimento do Autismo, de acordo com as Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA), elaborada pelo Ministério da Saúde no ano de 2013, o autismo teve seu início através de estudos elaborados pelo psiquiatra Plouller em 1906, em que observou ser um caso isolado com características diferenciadas de qualquer outro quadro clínico.

Filho e Cunha (2010) abordam que em 1938 o médico austríaco Leo Kanner, chamava o autismo como algo fascinante, pelo fato das crianças terem uma atitude diferenciada, em situações próprias para troca social, com um quadro que se difere tanto e isso fazia com que se despertasse o fascínio em Kanner.

Mais adiante, os autores destacam que em 1944, o médico vienense Hans Asperger, que não conhecia o trabalho de Kanner e de uma forma independente “descobriu” o autismo, através de vários casos no qual ele descreveu de crianças vistas e atendidas na Clínica Pediátrica Universitária de Viena. Então, depois de

feitas as suas observações, Asperger resolveu publicá-las, a intitulando como “A psicopatia autista na infância” (1944).

No final da década de 1960, passou a ser utilizado o termo “Transtornos Global de Desenvolvimento (TGD)”, surgindo através de pesquisas e trabalhos realizados pelos professores psiquiatras M. Rutter e D. Cohen. Este termo corresponde a alguns transtornos que se relacionam entre si, e tem como principais características o desenvolvimento de algumas funções psicomotoras.

Após alguns anos, mais precisamente no ano de 2013, ocorreu à mudança do termo utilizado para o Transtorno do Espectro Autista (TEA), além da modificação na nomenclatura, houve mudanças na classificação dos transtornos.

O TEA subdivide o autismo em alguns graus, que mesmo sendo em menor ou maior proporção, estão relacionadas com o relacionamento social e a dificuldade de comunicação. Sendo assim, passam a ser classificadas como: Autismo clássico, Autismo de alto desempenho (antigo Transtorno de Asperger) e o Distúrbio Global do desenvolvimento sem outra especificação (DGD-SOE).

O TEA é classificado conforme cada grau:

Autismo clássico – Nesse tipo, o grau de comprometimento varia. Todavia, possuem a característica de serem voltados para si mesmos, sem estabelecer uma relação com indivíduos através do contato visual. Não utilizam a fala para se comunicar. Possuem a facilidade de compreender coisas simples, em contrapartida tem dificuldade na compreensão dos sentidos das frases. Ou seja, são crianças isoladas, que não conseguem estabelecer uma relação com outros indivíduos e mantém o hábito de repetirem movimentos.

Autismo de alto desempenho - Possuem as mesmas características básicas do autista, mas de forma amenizada. Sendo extremamente inteligentes na área em que se especializa e se dedica.

Distúrbio global do desenvolvimento sem outra especificação (DGD-SOE) – Quem possui também é considerado no espectro autista, porém os sintomas presentes não são suficientes para classificá-los em alguma categoria do TEA.

Ao longo dos anos, o autismo vem tendo um aumento significativo de casos, antes era raro diagnosticar alguém com autismo. De acordo com o Ministério da Saúde, os dados referentes ao Brasil são poucos, e que a epidemiologia internacional apontam que meninos possuem uma tendência ao TEA.

No geral, o transtorno tem início nos três primeiros anos de vida, pois os neurônios que são responsáveis pela afetividade, pela comunicação, e os relacionamentos sociais não fazem as conexões necessárias para que isso aconteça. E, quando essas características começam a aparecer na adolescência ou na vida adulta, significa que tem grande relação com o grau no qual a patologia se apresenta, dependendo de suas capacidades de interação e de um diagnóstico clínico.

O autismo ocorre por fatores genéticos, biológicos e ambientais, mas existem muitas dificuldades na compreensão de como funciona a mente de uma pessoa com autismo, apesar dos avanços em estudos.

2.2. A inclusão do autista no âmbito escolar

Ao longo da história, os conceitos sobre o autismo tiveram uma influência no âmbito educacional, pois a partir de estudos e conceitos, surgiram as primeiras iniciativas de intervenção no ensino, mesmo sendo bem específicas e um tanto quanto distantes das desenvolvidas no meio social ligado às escolas como hoje em dia.

Esse marco histórico está ligado aos desafios vividos e às surpresas que professores encontram hoje nas redes de ensino, quando se deparam pela primeira vez com a oportunidade de ter um aluno autista em suas turmas. E mesmo tendo toda essa surpresa, suas práticas desenvolvidas para a aula tornam-se algo muito importante tanto para o conhecimento da patologia em si, quanto para o aprendizado do aluno.

Nesse sentido, os autores Maranhão e Moraes (2009), discutem a importância do professor como mediador e referência para os alunos com ou sem deficiência:

Quanto às atitudes comportamentais, vale lembrar que o professor é o maior modelo de comportamento para os seus alunos. Desta forma, sabendo que a inclusão propõe o trabalho com os alunos de diferentes características, dificuldades e habilidades, é imprescindível que o professor planeje atividades que incentivem o bom relacionamento entre os alunos despertando sentimentos e atitudes de respeito e valorização das diferenças. (MARANHÃO, 2009, MORAES, 2009, p. 123).

Sendo assim, é necessário que o professor da rede de ensino regular elabore estratégias de ensino/aprendizagem que visem à inclusão dos alunos com

deficiência, e a partir disso, criar estratégias que promovam a participação e contribuição de todos os alunos para a efetivação da inclusão.

Além da contribuição dos profissionais envolvidos com educação com ênfase nos professores, a família também é uma parte fundamental pra o desenvolvimento do aprendizado, mais especificamente, da criança autista. É importante que também os pais e os familiares, conheçam sobre as características do autismo, pois assim, todos podem criar meios para que a criança desenvolva a comunicação e o relacionamento social.

2.3. A perspectiva do professor acerca da Inclusão nas escolas regulares

Atualmente, o Brasil possui um conjunto de legislações que embasam a garantia de direitos às pessoas com necessidades especiais, assim como foi exposto nos capítulos acima. Porém, até a conquista dos direitos assegurados em lei, a busca pela Inclusão no Brasil teve início tardiamente em comparação a outros países, ou seja, no final da década de 1980. Essa busca visava à garantia e inserção de inclusão a todas as pessoas com deficiência no sistema de ensino regular.

Considerando a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que teve sua criação no ano de 2007 pelo Ministério da Educação e tem como objetivo expor as leis que embasam a educação inclusiva e as políticas públicas que propõem colocar em prática esses direitos.

De acordo com o documento, a educação inclusiva tem como base os direitos humanos, assegurando a igualdade principalmente no âmbito escolar, buscando erradicar o processo de exclusão existente nessa área através de meios que atendam as necessidades educacionais de alunos com algum tipo de deficiência ou Transtorno Global de Desenvolvimento.

Com base no texto “A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar - A Escola Comum Inclusiva”, a inclusão faz com que o modelo de escola ideal seja questionado, quebrando protótipos de alunos e a escolha de quem pode ou não frequentar a escola, promovendo a inserção. Os autores ainda discutem em seguida, que a escola regular só passa a ser inclusiva de fato no momento em que:

[...] reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula [...] (RAPOLI, MANTOAN, SANTOS, MACHADO, 2010. p.9)

Ou seja, a perspectiva da Inclusão significa superar as diferenças que causam as desigualdades dentro da escola, garantir que todas as crianças, jovens e adultos tenham direito à educação, sem exceção, e que seja de qualidade, com embasamento nas leis que garantem a efetivação da Inclusão.

É importante também compreender que, assim como a autora cita acima que “as mudanças vão além da escola e da sala de aula”, a escola deve buscar a participação dos pais e dos profissionais envolvidos, pois na medida em se torna uma luta coletiva a aprendizagem, os direitos são melhores alcançados. Reconhecer a necessidade do desenvolvimento escolar, de práticas pedagógicas voltadas para a Inclusão, contando com o apoio de todos os profissionais envolvidos com a educação que consiste de acordo com os autores em “professores, gestores, especialistas, pais e alunos...”. E, por fim a responsabilidade do Ministério da Educação, em promover políticas públicas voltadas para essa temática acompanhando os avanços para alcançar uma educação de qualidade para as pessoas com deficiência.

Sendo assim, a Educação Inclusiva deve valorizar e respeitar a particularidade de cada aluno, suas capacidades, interesses, motivações, suas características como um todo, realizando modificações na escola para que haja uma verdadeira Inclusão no ensino regular.

2.4. Visita à Clínica-Escola do Autista

Em busca de aprofundamento nas modalidades de educação e ensino para crianças com espectro autismo, foi realizada uma Visita Institucional à Clínica-Escola do Autista, que é de natureza pública/municipal e atende crianças que possuem o Transtorno do Espectro Autista (TEA), localizada na cidade de Itaboraí – RJ, onde foi possível contar com o apoio e orientação da Diretora Valéria Sales dos Santos e da Coordenadora Gisele Soares Rodrigues da Silva, repassando as informações, limitações e desafios institucionais.

Ao lado das profissionais citadas acima, foi possível discutir alguns aspectos tais como: os profissionais envolvidos, o quantitativo de alunos matriculados na Clínica-Escola, relacionamento dos profissionais e dos familiares com os alunos, entre outros assuntos.

A Clínica-Escola do Autista é recente, tendo sua fundação no ano de 2014. É importante ressaltar que a Clínica-Escola realiza trabalho com o acompanhamento individual e com horário agendado, tendo atualmente 08 (oito) crianças matriculadas na Clínica e simultaneamente estão inseridas no ensino regular.

Esse modo de atuação faz com que o aluno seja acompanhado com mais atenção e conseqüentemente o desenvolvimento dessa criança tende a ser rápido e de qualidade. Além da criança com autismo estar inserida no ensino regular em conjunto com outros alunos sem a patologia, simultaneamente, possui o suporte especializado da Clínica-Escola do Autista.

De acordo com a diretora e a coordenadora, no momento, existem 20 (vinte) profissionais inseridos na instituição. São pessoas de diversas e imprescindíveis áreas responsáveis pelo funcionamento do trabalho e do local: Pedagogia, Fonoaudiologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional, Psicologia, Neuropsiquiatria, Fisioterapia, Nutrição, junto aos profissionais que atuam na orientação familiar, recepção e serviços gerais. Dentre todos os profissionais citados, com exceção dos funcionários responsáveis pelos serviços gerais, tiveram uma formação continuada e cursos de capacitação para atuar na área.

Juntos, os profissionais atuam realizando o acompanhamento do aluno autista, e de acordo com a diretora, a instituição trabalha sob um currículo funcional que é voltado para a maximização do conhecimento e aprendizado. Com isso, ela ainda cita que as tarefas/atividades realizadas pelos alunos dependem de como a criança está respondendo ao que está sendo proposto no momento pelos profissionais, acrescentando ainda que essas tarefas/atividades podem não ter um tempo estipulado de duração, pois, como foi citado acima, depende de como a criança se desenvolve.

A coordenadora destaca ainda que um dos maiores desafios no relacionamento com a criança autista é o que vem sendo discutido ao longo desta obra, o déficit que compõe a característica do Transtorno do Espectro Autista: a dificuldade da socialização dos autistas com outros indivíduos. Assim como Silva (2012), afirma abaixo:

Pessoas com autismo apresentam muitas dificuldades na socialização, com variados níveis de gravidade. Existem crianças com problemas mais severos, que praticamente se isolam em um mundo impenetrável; outras não conseguem se socializar com ninguém; e aquelas que apresentam dificuldades muito sutis, quase imperceptíveis para a maioria das pessoas, inclusive para alguns profissionais [...] (SILVA, 2012, p. 22)

É ressaltado ainda, por parte dos profissionais, que a participação ativa dos pais é de suma importância no acompanhamento da rotina e nas atividades ao longo do desenvolvimento da criança. É importante que os familiares do autista desde cedo, busquem conhecer as características da patologia, pois assim, todos podem criar meios para que a criança desenvolva essa comunicação e o relacionamento com outros também no âmbito familiar.

Assim como Pereira (2011), afirma que:

Pais de autistas vêm desde cedo alterações ou ausências de comportamentos em seus filhos que nenhum profissional enxergaria em poucos minutos de contato. A afetividade, dessa forma, é um importante fator que auxilia o processo de aprendizagem. E não há pessoas mais capacitadas para colocar em prática a afetividade do que os próprios pais (PEREIRA, 2011, p.55)

Vale ressaltar que o âmbito familiar é de fato o primeiro local onde o autista tem a possibilidade de desenvolver e estabelecer laços de afetividade, comunicação e interação. Cabe à família ter a sensibilidade em relação à patologia, e a partir disso, buscar informações e meios de intervir com o intuito de contribuir para desenvolvimento da criança autista.

A instituição é composta por profissionais capacitados, o espaço físico é amplo, facilitando a realização de atividades. As salas dos profissionais são individualizadas para que cada profissional exerça seu trabalho com qualidade e competência, de modo que viabilize a adaptação e desenvolvimento da criança autista.

Em contrapartida, o funcionamento da Clínica-Escola perpassa diversas dificuldades que foram abordadas pelos profissionais. Nesse sentido, é necessário que os profissionais inseridos nesse campo tenham dedicação, empenho para desenvolver seu trabalho e principalmente um profissional que busque uma qualificação continuada.

De modo geral, é possível observar que a Clínica-Escola do Autista, representa um suporte de suma importância para as crianças que estão inseridas. É importante salientar que a modalidade de ensino da Clínica-Escola do Autista se

configura como um complemento da educação que as crianças autistas recebem dos familiares e das escolas de ensino regular.

3. Educação Física na perspectiva de Inclusão: desafios e possibilidades

Atualmente, a inclusão tem sido um assunto discutido de forma frequente, e no âmbito educacional não é diferente, o que interfere na Educação Física Escolar, pois à medida que as escolas regulares matriculam alunos com deficiência, o professor de Educação Física deve estar preparado para planejar suas aulas adaptando de forma que esse aluno possa participar de forma ativa, garantindo que sua inclusão traga o retorno esperado, o aprendizado.

De acordo com Crochík (2012), ainda existe uma forte influência por parte das escolas regulares em manter os alunos com deficiência em escolas especializadas. Sendo que é necessário preservar o direito da “Educação para todos” e considerar que:

Os que têm deficiência, por identificação com seus colegas sem deficiência, podem se desenvolver mais, dada a diversidade de modelos, do que quando só estão entre os que têm deficiência. Para os que não têm deficiência, a convivência com os que são diferentes de si podem propiciar o que **Adorno (1995)** chama de identificação com o mais frágil, o que é um fator importante contra a violência. (CROCHIK, 2012, p. 41)

A questão que o autor aborda no trecho destacado, traz uma reflexão acerca da importância do aluno com deficiência aprender em conjunto com os alunos que não possuem as mesmas limitações, já que o aluno sem necessidades especiais servem como um exemplo para os alunos que não possuem, e dessa forma contribuindo para o aprendizado mútuo. Considerando que a convivência com a diversidade além de contribuir no aprendizado, faz com que preconceitos e paradigmas sejam quebrados.

A Educação Física no âmbito escolar, em uma visão do senso comum, pode ter um caráter excludente, uma vez que é uma área voltada para a prática de atividades físicas, acarreta na delimitação de perfis/estereótipos de alunos. Fazendo com que anulem o cunho pedagógico que há por trás dessa área, e principalmente a importância da Educação Física na promoção da Inclusão.

O âmbito escolar é revestido de diversidades, e nas aulas de Educação Física esse fator é fortemente presente, principalmente, por ser uma disciplina voltada à

maior parte do tempo para a prática, tendo o corpo e o movimento como sua principal ferramenta, o que gera entre os alunos uma estereotipação que se dá através de habilidades, características e técnicas que cada um possui.

Para tanto, o professor precisa fazer com que as aulas forneçam o apoio necessário a todos os alunos, valorizando e criando expectativas a respeito de sua aprendizagem, já que muitas vezes, os professores têm preconceitos que influenciam no aprendizado do aluno.

Nesse momento, o professor de Educação Física deve estar atento aos acontecimentos presentes nas aulas, como os já mencionados acima, são bem recorrentes. É necessário que o professor reconheça que a Educação Física pode excluir ou incluir o aluno, porém essa inclusão só ocorre quando o professor intervém, buscando meios de como alcançar essa inclusão.

4. Inclusão de crianças autistas nas aulas de Educação Física na rede de ensino regular

4.1. A importância da Educação Física para o Autismo

De acordo com Santos e Sousa (2005), o diagnóstico do autismo não é feito apenas por um profissional, mas sim por uma equipe multidisciplinar, pois o autismo não é composto por apenas um sintoma ou comportamentos, e por isso necessita de uma análise por parte de diversos profissionais. Segundo Caetano (2011), o autista necessita obrigatoriamente do apoio e de profissionais como o "... fonoaudiólogo, psicólogo, terapeuta ocupacional e nutricionista. Não se esquecendo da imprescindível intervenção familiar".

Nesse contexto, o professor de Educação Física pode fazer parte dessa equipe multidisciplinar, colaborando através das atividades físicas que desenvolvam seu lado cognitivo e estimulando seu desenvolvimento motor, habilidades e trazer melhor qualidade de vida.

Para que a Educação Física contribua para o desenvolvimento do autista é necessário, segundo Tomé (2007), que o professor utilize em suas aulas, atividades que sejam compatíveis com o grau de dificuldade do autismo e de sua realidade, ou seja, com ênfase na elaboração de aulas que possuam atividades que despertem a

atenção dos alunos autistas, e fazendo com que esses alunos desenvolvam a autonomia durante as atividades.

A partir de algumas reflexões, é fundamental estabelecer vínculos no trato da Educação Física inclusiva para os autistas, sendo de suma importância conhecer as características de cada criança com autismo desde suas habilidades até sua capacidade de comunicação. Exercendo uma função que vai além de sua atuação profissional, fazendo com que o aluno confie e veja o professor como alguém que é seu companheiro e que irá ajudá-lo a superar seus limites.

O professor de Educação Física é muito importante para o desenvolvimento dos alunos autistas, pois segundo Caetano (2011) o professor deve ter “paciência, persistência, jogo de cintura...”. É pertinente colocar que o professor, ao seguir esses elementos citados, poderá alcançar resultados positivos no desenvolvimento e aprendizados dos alunos com autismo.

As autoras Lima e Delalíbera (2007), apontam que é de suma importância que o aluno autista se adapte a aula de Educação Física no âmbito do ensino regular: “a Educação Física também é capaz de potencializar a socialização e interação das crianças autistas, fazendo com que desenvolvam sua consciência corporal através do próximo”. (LIMA e DELALÍBERA, p.34. 2007). Logo, através da interação com alunos que não possuem deficiência, é possível o autista alcançar um aprendizado com mais facilidade.

4.2. O planejamento e a metodologia das aulas de Educação Física adaptadas para crianças com autismo na rede de ensino regular

O planejamento e metodologia são recursos que necessitam de reflexão para o professor, à medida que ele precisa planejar o que irá aplicar e escolher os materiais didáticos e a metodologia que irá utilizar. Junto a isso, também é importante que o professor da rede de ensino regular planeje suas aulas pensando em meios que facilite a aprendizagem e a participação de todos os alunos. A questão central é como organizar as práticas de ensino, garantindo o maior grau possível de interação e participação de todos os alunos, sem perder de vista as necessidades concretas de cada um. A resposta à diversidade implica a utilização de uma ampla variedade de estratégias metodológicas e a adaptação das tarefas de aprendizagem às possibilidades dos alunos.

Tomé (2007) apud Lopes (1995) destaca duas características em relação à aprendizagem de crianças autistas:

[...] os processos de aprendizagem das crianças autistas apresentam duas características básicas: a primeira ocorre pela associação; a segunda as crianças autistas não generalizam, como espontaneidade, conhecimento adquirido ou ensinado, é necessário que se faça um trabalho específico neste sentido. (TOMÉ (2007) apud LOPES, p. 240, 1995)

Desse modo, o “trabalho específico” citado pelo autor indica que as atividades propostas e a metodologia utilizada pelo professor de Educação Física devem ser voltadas para atividades que promovam a interação, o coletivo, à criatividade, e assim, estimular o aprendizado de crianças autistas.

Para que isso ocorra, é necessário que o professor desempenhe o papel de mediador durante as aulas e as atividades, para que haja a inclusão, visando também o lado lúdico, a criação e/ou confecção de materiais alternativos, e o aprendizado do esporte com objetivo principal a vivência, e não a técnica.

Outro ponto relevante que o autor ressalta é que:

[...] as crianças autistas aprendem e entendem melhor vendo do que ouvindo, sendo assim a melhor forma de ensinar as crianças autistas é através da demonstração do que irá fazer, até que consiga executar a atividade sem ajuda do professor, pois este deve estimular o aluno a adquirir a independência mesmo que após muitas tentativas eles não consigam no momento, pois a persistência e o amor pela criança é a grande aliada no ensino. (TOMÉ 2007 apud LOPES, p. 240-241, 1995)

Considerando a afirmação acima de que as crianças autistas aprendem mais vendo do que ouvindo, o professor de Educação Física ao pôr em prática uma atividade, deve demonstrar como se deve fazer e em seguida executá-la junto ao aluno autista. Pois assim, o aluno realiza a atividade em conjunto com o professor e pouco a pouco alcança o aprendizado.

Nesse sentido, a presença do professor de Educação Física ao lado da criança autista é de suma importância, pois ao longo das atividades, cria-se entre a criança e o professor uma relação de confiança, o que viabiliza um melhor aprendizado. E para que essa confiança seja estabelecida, o professor deve a todo o momento incentivar, persistir e ter amor pelo que faz, pois conviver e ensinar a criança autista é um desafio e sem dúvidas, difícil de conquistar.

Após o planejamento e metodologia definida, é importante que o professor realmente goste do que faz, pois para o aluno autista é relevante que o professor

mostre para ele ao decorrer das atividades um incentivo através de elogios, afinal, é o que vai estimular o mesmo a dar continuidade no trabalho realizado.

Algumas atividades que podem ser sugeridas para as aulas são os exercícios que envolvam obstáculos, transposição de objetos, mudanças de direção, equilíbrio dinâmico e estático, saltos, lançamentos, jogos com bolas, entre outros, que vão auxiliar no aprendizado do desenvolvimento motor e cognitivo. O professor de Educação Física deve ainda estar atento à importância de elaborar atividades que possuam um começo, meio e fim, além de estarem adequadas com a idade e desenvolvimento de cada criança para assegurar o aprendizado como um todo.

Em seguida, o autor Tomé fundamenta a reflexão abordada nesse capítulo:

O método tem como característica auxiliar a compreensão da atividade a ser executada, o auxílio pode ser através da ajuda verbal, com quantidade mínima de palavras, com ordens simples e objetivas, pode também ser utilizado o gesto para uma melhor compreensão, ajuda visual e contextual, ordem visual de tarefas através de figuras, símbolos, objetivos e escrita, demonstração, demonstrar como se executa a atividade para a realização da imitação, ajuda física, tem como característica evitar o erro e permitir que este seja fixado. (TOMÉ, p. 242, 1995)

4.3. Métodos de ensino e atividades

Considerando as características encontradas em crianças com autismo e as dificuldades que perpassam a atuação dos professores na rede regular de ensino, com foco no professor de Educação Física, é imprescindível que ao elaborar um planejamento de aula, o professor deve resguardar alguns pontos principais, como por exemplo: o tipo de ensino, metodologia e objetivos compreendendo os limites, e as possibilidades do autista.

Para propor uma atividade para o autista, é necessário que o tipo de ensino escolhido seja adaptado para que se encaixe de acordo com as necessidades do autista e ao mesmo tempo garanta a qualidade para os outros alunos. A criança autista possui dificuldades em compreender frases ou comandos extensos, sendo assim, o autista consegue se desenvolver através de comandos básicos. O professor pode utilizar em suas aulas o estilo de ensino por comando, de forma que seja adaptado para a criança com autismo, e englobando toda a turma.

De acordo com Moura (2009),

[...] É um estilo de ensino, do ponto de vista pedagógico, considerado hoje em dia, ligado ao modelo tradicional de educação e de inspiração militarista. Nesse estilo de ensino, o professor geralmente determina os objetivos da aula, escolhe as atividades, fornece as indicações precisas sobre o que executa. A metodologia baseia-se, sobretudo na utilização de situações didáticas que dão margem apenas uma resposta, onde o comando precede cada movimento, que deve ser executado de acordo com um modelo padrão, cabendo então, uma avaliação apenas no domínio motor. A relação entre professor e aluno se encontra com um nível altamente elevado de formalismo, negando o diálogo. (MOURA, p. 2, 2009)

No momento em que o autor sinaliza que a relação entre o professor e aluno nessa modalidade se torna algo formal ou militarista, foge da proposta principal discutida nessa obra. O objetivo é utilizar o método de ensino por comando para dar início a um trabalho contínuo com o autista, pois através do comando o entendimento por parte do autista é facilitado, além de estabelecer um vínculo de confiança entre a criança e o professor.

Além de facilitar a compreensão, o professor deve manter em suas aulas uma rotina de atividades, ao longo do processo de desenvolvimento e da criação de confiança no professor, buscando maneiras de estabelecer diálogos e uma aproximação afetiva com o aluno.

Sendo assim, é importante destacar algumas etapas fundamentais para o desenvolvimento do autista que devem ser seguidas ao longo das atividades propostas pelo professor:

- **Determinar o local da atividade:**

É importante delimitar o local, pois as crianças autistas possuem dificuldade em permanecer em locais diferentes. Por isso, o professor pode elaborar sua aula com estações diferenciadas com auxílio de objetos como cones, bambolês, bolas, cordas, entre outros.

- **Crie uma rotina previsível:**

Nos primeiros contatos, é de suma importância manter uma determinada rotina que facilite a memorização do autista, pois a partir dessa rotina a criança tende a se desenvolver com mais facilidade, passando a identificar o objeto e/ou a pessoa envolvida.

- **Permita que a criança desenvolva sua criatividade:**

Ao elaborar as estações, o professor deve estar atento ao objeto que desperta maior interesse por parte do autista, e a partir disso, elaborar outras atividades diferentes com o mesmo objeto. Essa iniciativa permite que a criança

autista também coloque em prática sua criatividade e assim aprenderem de acordo com suas capacidades.

- **Estimule a socialização através de atividades:**

Como foi abordado ao longo do trabalho, o autista possui uma forte característica, como a dificuldade de não se socializar, bem como as suas emoções e motivações. Para auxiliar no desenvolvimento da socialização, o professor pode propor atividades como os tradicionais “piques”, pois estimulam o contato físico entre os colegas, assim como brincadeiras cantadas que estimulam também a imaginação em grupo.

- **Use comandos verbais curtos:**

No decorrer das aulas e durante as atividades, também é necessário que o professor oriente os autistas utilizando comandos curtos. Esse método facilita o entendimento da criança no momento de propor atividades em seqüências.

Ao longo das aulas, conforme o professor for observando o avanço da criança autista através do ensino por comando, o professor pode passar a modificar seus métodos de ensino, ou seja, seu estilo de ensino, podendo então passar a utilizar o estilo de ensino por “descoberta orientada” que Moura (2009) define:

Neste estilo, o professor começa a deslocar-se do centro do processo em contraponto aos estilos precedentes, e assume o papel de elemento incentivador, orientador das atividades dos alunos, auxiliando-os e esclarecendo-os. A metodologia considera que uma questão problematizadora produz uma necessidade da busca de solução. Desta forma, o professor realiza perguntas, de maneira gradual que ocasionem uma série de respostas, que levem o educando a descoberta. Neste ensino, as avaliações e retificações de aprendizagem são realizadas por provocações de perguntas. A relação entre professor e aluno se encontra com uma boa dose de informalismo, possibilitando a troca de informações. (MOURA p. 2, 2009)

Sem dúvidas, para que esse estilo de ensino seja aplicado da melhor maneira possível, é necessário que o professor tenha tempo para conseguir aplicá-lo de modo que os alunos e em especial a criança com autismo, possam se desenvolver a partir do trabalho que estará sendo realizado. Vale lembrar que assim como as outras crianças, os autistas também conseguem se desenvolver, aprender os conteúdos, valores e até mesmo viver em sociedade.

Apesar dos aspectos acima destacados serem os mais difíceis a serem desenvolvidos, é possível que uma criança autista desenvolva esses pontos através do auxílio do professor de Educação Física e em suas atividades propostas, desde

que o professor tenha dedicação, persistência e utilize uma didática adequada para o seu aprendizado.

Considerações Finais

Ao longo da Licenciatura em Educação Física, fui descobrindo novos interesses em relação ao curso, e com toda certeza, minha primeira experiência vivida na disciplina “Pesquisa e Prática de Ensino – PPE” foi fundamental para a escolha dessa pesquisa. Realizei o referido trabalho em uma creche localizada no município de Niterói, chamada “Portugal Pequeno”. No local, havia muitas crianças inclusivas/especiais, tais como, com Síndrome de Down, Paralisia Cerebral, Autismo, entre outras. Em meio a essas patologias, a que mais despertou a atenção foi a criança autista. Não conseguia compreender como era o comportamento da criança, por que possuem dificuldade na comunicação e conseqüentemente em estabelecer um vínculo com as pessoas. Esses questionamentos foram surgindo, afinal, não possuía nenhuma experiência com estágio em escolas ou creches, tão pouco, contato com uma criança autista.

Desse modo, busquei cada vez mais me aprofundar no assunto, realizar diversas pesquisas para obter a compressão desse tema. Com esse objetivo, participei de um projeto de “Natação Adaptada” da Universidade Federal Fluminense – UFF. Pois, além de me interessar pela área de crianças inclusivas/especiais, pude perceber quando tive o contato, que haviam crianças com diferentes patologias, mas a grande maioria eram autistas. Junto ao professor Aurélio, o qual é responsável pelo projeto, fui coletando informações a respeito do conteúdo abordado e me aproximando do assunto.

Além das leituras e estudos que realizei para me basear nessa obra, através da prática com crianças autistas, pude observar aspectos relevantes que o professor de Educação Física precisa compreender para planejar e aplicar as atividades.

A partir desses acontecimentos, resolvi abordar sobre esse assunto em meu trabalho de conclusão de curso (TCC), visando um meio de como inserir, e lidar com crianças autistas numa aula de Educação Física Escolar. Buscando meios para facilitar o aprendizado e desenvolvimento da criança, sem deixar de pensar nos demais alunos que não apresentam algum tipo de patologia.

Acredito que além dessas questões acima, o professor deve se empenhar e gostar de sua atuação, buscar a formação continuada a fim de apreender cada vez mais. É importante destacar que para que seja possível o professor realizar um bom trabalho, é fundamental que haja uma formação sólida, qualidade e sem dúvidas força de vontade.

A meu ver, os cursos de licenciatura em Educação Física são um tanto quanto limitados em algumas questões, ao passo que pude observar ao longo desse percurso a ausência de disciplinas voltadas para questão da inclusão de autistas no ensino regular, afinal é uma realidade que estamos vivendo no âmbito escolar. Considerando que a temática é pouco debatida, entretanto, é essencial que o professor de Educação Física saiba como incluir esses alunos e adaptar suas atividades para os mesmos.

Ao longo desta obra, através de pesquisas teóricas e de campo, pude conhecer diversos autores renomados, que elaboraram conteúdos teóricos ricos referentes a esse tema, que sem dúvidas podem contribuir e valorizar nosso aprendizado, enquanto alunos e futuros professores. Além disso, tive a oportunidade de conhecer um pouco da realidade vivida, dos entraves e possibilidades no âmbito de uma Clínica – Escola do Autista.

Por fim, através do meu trabalho, foi possível me aprofundar sobre a questão e conseqüentemente aprender muito em relação à inclusão de crianças autistas no ensino regular. Considero que não é um trabalho simples, é necessário ser paciente, determinado, carinhoso, admirar e reconhecer o papel fundamental que o professor de Educação Física pode ter no desenvolvimento do aluno autista. Portanto, cabe a nós professores e futuros professores dedicação e compreensão da relevância do conteúdo abordado.

Referências

BASÍLIO, Ana. MOREIRA, Jéssica. **Autismo e escola: os desafios e a necessidade da inclusão.** Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/noticias/autismo-escola-os-desafios-necessidade-da-inclusao/>> Acesso em: 25 de maio de 2015.

BELISÁRIO, J. **Ensaios pedagógicos: Construindo escolas inclusivas.** 1. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e B.** Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: MAS/CORDE, 1994.

CAETANO, Joyce. **A educação física como meio facilitador do desenvolvimento psicomotor do indivíduo com autismo.** Disponível em:<http://www.cref14.org.br/artigos/ARTIGO%20SIMP_SIO%20SEMIN_RIO%20DE%20PESQUISA.pdf> Acesso em: 21 de abril de 2015.

Cartola - Agência de Conteúdo - Especial para o site "Terra". **Lei que transformou forma de ensino no País completa 50 anos.** Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/lei-que-transformou-forma-de-ensino-no-pais-completa-50anos,846b1a4045cea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>> Acesso em: 21 de abril de 2015.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 27 de abril de 2016.

CROCHÍK, J. L; MIRANDA, T. G. (Org.); GALVÃO FILHO, T. A. (Org.) **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** Salvador: EDUFBA, p. 491, 2012.

DAMAZIO, Márcia; BRUZI, Alessandro. **Educação Inclusiva e o papel da educação física no contexto escolar.** Acre: UFAC, p. 10, 2010.

JÚNIOR, José Ferreira Belisário e CUNHA Patrícia. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Transtornos Globais do Desenvolvimento** - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 9. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista**; e altera o & 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 2012.

LIMA, E. M e Delalíbera, E. S. R. **A contribuição da Educação Física na socialização da criança autista**. In: Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar, 5, 2007, Maringa.

MORAES, Mara Sueli Simão; MARANHE, Elizandra Andre; (Orgs). Coleção Unesp: **Educação de temas específicos**. São Paulo: Unesp, Pró Reitoria de Extensão, Faculdade de Ciências, 2009, v.4

MOURA, Diego Luz. **A educação física escolar e os estilos de ensino: uma análise de duas escolas do Rio de Janeiro**. Lecturas Educación Física y Deportes (Buenos Aires), v. 137, p. 1-7, 2009.

PEREIRA, Cyelle. **Autismo e Família: Participação dos pais no tratamento e desenvolvimento dos filhos autistas**. Facene/Famene, p. 55, 2011.

SANTOS I. M., SOUSA M. P. L., **Como intervir na perturbação autista**, 2005. Disponível em: <<http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0262.pdf>>. Acesso em: 04 de maio de 2015.

SILVA, A. B. B. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, p. 24, 2012.

SOUZA, Pedro; SANTOS, Isabel. **Caracterização da Síndrome Autista.** Psicologia.com.pt. Portal dos Psicólogos. Universidade de Coimbra, Portugal. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0259.pdf>>. Acesso em: 30 de abril de 2015.

SOUZA, Pedro; SANTOS, Isabel. **Como intervir na Perturbação Autista.** Psicologia.com.pt. Portal dos Psicólogos. Universidade de Coimbra, Portugal. Disponível em < <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0262.pdf> >. Acesso em: 18 de abril de 2015.

TOMÉ, M. C. **Educação Física como Auxiliar no Desenvolvimento Cognitivo e Corporal de Autistas.** Movimento & Percepção, Espírito Santo do Pinhal, SP, v. 8, n. 11, p. 231-248, jul/dez 2007.

VARELLA, Dráuzio. **TEA – Transtorno do Espectro do espectro autista II.** Disponível em: <<http://drauzioarella.com.br/crianca-2/tea-transtorno-do-espectro-autista-ii/>> Acesso em: 01 de junho de 2015.

APÊNDICE - Roteiro de entrevista para Clínica Escola do Autista

I – Dados de Identificação:

Nome: Valéria Sales dos Santos e Gisele Soares Rodrigues da Silva

Formação Profissional: Pedagogia, Psicologia.

Cargo que exerce no momento: Diretora e Coordenadora

Tempo de atuação na Clínica Escola do Autista: Desde a inauguração em 2014

- 1) Quais e quantos profissionais a Escola possui? Quantos por aluno.
- 2) Quais são as maiores dificuldades enfrentadas no atendimento às crianças com autismo na instituição?
- 3) Quantas crianças estão atualmente matriculadas na escola?
- 4) Existe uma participação e estímulo por parte dos familiares? A instituição busca realizar projetos junto aos familiares?
- 5) Descreva como é o seu relacionamento com a escola e a família do autista?
- 6) Como se dá o funcionamento das aulas ou tratamento?
- 7) Como é o relacionamento do aluno com os professores e vice e versa?
- 8) Vocês realizam cursos de capacitação com os profissionais da área?
- 9) Vocês realizam administração de medicamentos dos alunos?
- 10) Há acompanhamento médico no âmbito escolar?